

Intervenções Táticas no Espaço Urbano
Tactical Interventions in the Urban Space
Intervenciones Tácticas en el Espacio Urbano

Maria Fernanda Paim Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5380-0894>

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

E-mail: mafepaim@outlook.com

Paulo Ricardo Bavaresco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7296-3290>

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

E-mail: paulo.bavaresco@unoesc.edu.br

Leandra Daiprai

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9619-4732>

Universidade do Oeste de Santa Catarina, Brasil

E-mail: leandra.daiprai@unoesc.edu.br

Recebido: 18/02/2019 | Revisado: 24/02/2019 | Aceito: 28/02/2019 | Publicado: 01/03/2019

Resumo

O presente estudo tem como objetivo central discutir a temática da ocupação do espaço público a partir de intervenções urbanas. Para tanto, expõe uma síntese de parte da problemática urbana no que concerne à relação usuário/espaço, posteriormente elucidando o papel das intervenções táticas nesse contexto, análise proporcionada por pesquisa bibliográfica. Estas intervenções são de caráter temporário e têm como objetivo ressignificar e dar vitalidade a espaços degradados, agindo por meio de ações pontuais, de curto prazo, baixo custo e com mão de obra local. Por fim, constatou-se que à medida em que a ocupação da cidade e o desfrute de sua paisagem se tornam mais intensos, os problemas relacionados à falta de infraestrutura básica começam a ficar evidentes. Nesse âmbito é que surgem as “soluções” táticas, que não resolvem carências urbanas profundas, porém, suprem as necessidades imediatas, empoderam a comunidade como grupo e reforçam a sensação de segurança e vitalidade da cidade.

Palavras-chave: Urbanismo Tático; Espaços Públicos; Intervenção.

Abstract

The following study discusses, as its main purpose, the occupation of the urban area through tactical interventions. In order to do so, it presents a synthesis of part of the urban problematic in what concerns to the user/space relation, later elucidating the role of tactical interventions in this context, analysis provided by bibliographical research. These interventions are temporary and aim to re-signify and give back the vitality to degraded spaces, acting through punctual, short-term, low-cost and local labor actions. Lastly, it has been found that as the occupation of urban areas and the enjoyment of its landscape gets more intense, the more evident the problems related to the lack of basic infrastructure become. In this context, tactical “solutions” come in hand, they do not solve deep urban problems, but supply the immediate needs, empower the community as a group and reinforce the sense of security and vitality of the city.

Keywords: Tactical Urbanism; Public Spaces; Intervention.

Resumen

El presente estudio tiene como objetivo central discutir la temática de la ocupación del espacio público a partir de intervenciones urbanas. Para esto, expone una síntesis de parte de la problemática urbana en lo que concierne a la relación usuario/espacio, posteriormente elucidando el papel de las intervenciones tácticas en ese contexto, análisis proporcionada por investigación bibliográfica. Estas intervenciones son de carácter temporal y tienen como objetivo resignificar y dar vitalidad a espacios degradados, actuando por medio de acciones puntuales, de corto plazo, bajo costo y con mano de obra local. Por último, se constató que a medida que la ocupación de la ciudad y el disfrute de su paisaje se vuelven más intensos, los problemas relacionados con la falta de infraestructura básica empiezan a quedar evidentes. En este ámbito surgen las "soluciones" tácticas, que no resuelven carencias urbanas profundas, sin embargo, suplen las necesidades inmediatas, empoderan a la comunidad como grupo y refuerzan la sensación de seguridad y vitalidad de la ciudad.

Palabras clave: Urbanismo Táctico; Espacios públicos; Intervención.

Introdução

Ao analisar o contexto urbanístico contemporâneo das cidades brasileiras, fica clara a sistemática falha e negligência do Estado em seu papel como provedor de bens públicos básicos, especialmente no que diz respeito ao espaço urbano (Brenner, 2016).

Não surpreende, a gestão pública é pouco ou nada democrática, a hegemonia de alguns setores é que molda as políticas públicas e direciona os investimentos, que são aplicados em áreas específicas de alta rentabilidade (Carlos, 2011). Logo, justifica-se de maneira muito

mais fácil a melhoria da pavimentação de uma área nobre do que, talvez, a provisão de iluminação de um bairro degradado e do qual mal ouve-se falar, afinal, quem mora lá?

A respeito do tema, Richard Rogers (2012), afirma que são necessários novos conceitos de planejamento urbano para integrar as responsabilidades sociais. As cidades cresceram e transformam-se em estruturas tão complexas e difíceis de administrar, fazendo com que o seu papel frente às necessidades humanas e sociais das comunidades seja constantemente ignorado.

A cidade tem sido encarada como arena para o consumo. A conveniência política e comercial deslocou a ênfase do desenvolvimento urbano de atender às necessidades circunscritas de indivíduos. A busca deste objetivo estreito minou a cidade em sua vitalidade. A complexidade da comunidade foi desvendada e a vida pública foi dissecada em componentes individuais. Paradoxalmente, nesta época global de democracia em ascensão, cada vez mais, as cidades estão polarizando a sociedade em comunidades segregadas (Rogers, 2012, p. 19).

Também, o exorbitante crescimento demográfico, especialmente em áreas urbanas, representa um dos maiores obstáculos, se não o maior, na concepção do desenho urbano. Benevolo, (2012, p. 725) aponta que “a população total do planeta dobra a cada trinta anos, a população urbana dobra a cada quinze anos, e a população urbana “marginal” dobra a cada sete anos e meio.”

Regido pela economia neoliberal, o desenho urbano contemporâneo acaba, quase sempre, por ignorar a premissa básica sobre a qual a cidade se apoia, as pessoas.

Favelas do tamanho de cidades, segregação e desigualdade ambiental infelizmente continuam se tornando cada vez mais presentes nessa geração. A cidade do futuro deve banir as quadras urbanas feitas na escala dos grandes estacionamentos, evitando edificações que representem os egos combinados do cliente e do arquiteto e deixar de vender o espaço público como uma ferramenta a serviço da gentrificação (Wall, & Waterman, 2012, p. 37).

Tais circunstâncias aplicam-se também às cidades brasileiras, que na reprodução tardia do modelo europeu, repetiu fielmente suas falhas. Caracterizando a malha urbana por extensos espaços segregados, fragmentados e desqualificados, além de políticas urbanas discriminatórias (Ferreira, 2005).

Metodologia

Este estudo se propôs à realização de uma análise, de forma descritiva, que busca elucidar práticas participativas no espaço público, a fim de apresentar alternativas de ocupação/produção espacial desenvolvidas em resposta ao cenário urbano atual. Assim, de acordo com Strieder (2009, p. 45) “Por ter caráter descritivo, tem como preocupação maior captar o significado que as pessoas atribuem aos fenômenos e à sua vida, portanto, estuda e

reflete os valores, as crenças, as opiniões, as atitudes, as aspirações e as representações dos sujeitos.”.

A partir de pesquisa bibliográfica exploratória, foi possível o aprofundamento teórico-conceitual da temática, identificando os principais autores e publicações que investigam o assunto, acrescida de estudos de caso já realizados, que somaram em propostas e diferentes caminhos na aproximação do tópico, visto que, conforme aponta Gil “Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (2009, p. 54).

Desta forma, o artigo foi estruturado de modo a expor uma problemática atual, conceituá-la através de autores que embasam essa discussão, reconhecendo a debilidade dos mecanismos utilizados para tentar solucioná-la, e, por fim, apontando algumas diretrizes e alternativas, propondo não apenas a busca limitada a respostas, mas sugerindo outras abordagens para o problema.

O Espaço Fragmentado e Introvertido

A fragmentação do espaço na cidade contemporânea é um processo estrutural de bagagem histórica, política e essencialmente econômica, como contextualizado até o presente momento.

Planejados ou não, os espaços tendem a seguir um mesmo raciocínio, que dissocia as áreas públicas, como por exemplo a rua, da experiência urbana. O processo acontece às avessas, atrelando a vivência da cidade ao confinamento, ou “lugar de estar”. Como se a premissa da cidade fosse essa, a de inserção da sociedade nesse “lugar”, como espectadora, onde praticamente todas as condições são passíveis de controle e previsão, há pouco ou nenhum lugar para o acaso e a monotonia garante o único aparente atrativo: não haverá surpresas (Sposito, 2011).

As ruas, as calçadas, as praças e toda uma sorte de espaços públicos tradicionais na história urbana, foram “ressignificados”, ou seja, ganharam novas conotações simbólicas e valores. O caos urbano, as velocidades dos automóveis e da vida agitada das metrópoles modernas (sintomas que já se estendem para as cidades menores), aliados a falta de segurança das ruas, criou um novo ambiente urbano [...] (Dias, 2005, p. 01).

Há de se somar às variáveis que contribuem para a fragmentação do espaço o protagonismo exercido pelo automóvel no ambiente urbano, porém, Jacobs (2001), refuta a ideia de que este seja o maior obstáculo em se produzir espaços de qualidade, afirmando que a massificação do uso de veículos é apenas um sintoma do insucesso do planejamento urbano, e acrescenta:

As necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades, e um número crescente de urbanistas e projetistas acabou acreditando que, se conseguirem solucionar os problemas de trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades. As cidades apresentam preocupações econômicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis. Como saber que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas? É impossível (Jacobs, 2001, p. 06).

A produção do espaço e sua consequente evolução troçam e se enlaçam na lógica capitalista, que o concebe como mercadoria, logo, sua representação material e imaterial é apenas um reflexo do modo de produção social.

[...] essa produção, como definidora da sociedade, realiza-se socialmente – criação da totalidade da sociedade –, mas sua apropriação é privada, isto é, o acesso aos lugares de realização da vida, produzidos socialmente, realiza-se predominantemente, pela mediação do mercado imobiliário, fazendo vigorar a lógica do valor de troca sobre o valor de uso (Carlos, 2011, p.60).

A urbanização regida pelo fetiche do consumo, que viabilizou adquirir desde mercadorias até experiências artísticas e culturais em um único lugar, possibilitou um novo tipo de desenho do espaço público, agora introvertido, oferecendo ambientes climatizados, vitrines reluzentes e voltados ao entretenimento. Muito além disso, esse novo espaço ofereceu “abrigo” às pessoas ocultando o entorno, excluindo a feiura e a marginalidade encontrada nas ruas. O caos urbano, a sujeira e os indigentes não fazem parte deste lugar, nem mesmo a cidade faz parte dele (Sposito, 2011).

A introversão da arquitetura está estreitamente ligada à segregação e à fragmentação espacial. Sobretudo no Brasil, isso é facilmente observável graças à disparidade de renda, pois é uma condição que reflete diretamente no espaço construído.

A favela e o celular convivem lado a lado sem cerimônia, a pobreza está sempre a um passo dos condomínios fechados e dos Shoppings Centers e a fome esbarra nos (hiper) supermercados 24 horas. As cidades latino-americanas também crescem a passos rápidos em busca de novas levas para a expansão imobiliária, enquanto os excluídos do sistema ainda se amontoam nas favelas (Dias, 2005, p. 06).

E a fragmentação do espaço é uma resultante direta da segregação, caracterizada pela separação social dos grupos humanos, pelo zoneamento homogêneo da combinação entre classes e usos, ou seja, a localização somada à ocupação do solo e às condições do espaço habitado correspondem ao estrato social predominante em uma determinada área.

O uso frequente do termo fragmentação urbana repousa sobre uma imagem: a sociedade (e seus territórios, em particular urbanos) seria um todo que se quebra em pequenos pedaços. Esta imagem é um tanto mais eficaz porque se pode associar a ela ‘provas’ sociais e espaciais: criação de fronteiras ou de rupturas internas às aglomerações, isolamento dos grupos, uns em relação aos outros, expresso pela segregação das áreas residenciais fechadas, fortes disparidades no acesso aos serviços urbanos, falta de sentimento de pertencimento. (Bourdin, 2005, p. 35).

Os espaços urbanos se transformaram e a cidade contemporânea passou a se traduzir em fluxos, onde a falta de discussões democráticas e interdisciplinares na concepção da paisagem foi substituída por logística territorial e investimentos em infraestruturas e interconexões de massa (Abascal, 2005).

O rumo dos acontecimentos não só reduziu as oportunidades dos pedestres como forma de locomoção, mas também deixou sitiadas as funções cultural e social do espaço da cidade. A tradicional função do espaço da cidade como local de encontro e fórum social para os moradores foi reduzida, ameaçada ou progressivamente descartada (Gehl, 2013, p.3).

A espetacularização do espaço urbano, consequência das ações conjuntas do mercado imobiliário, financeiro e do estado, fizeram com que a qualidade de vida nas cidades fosse setorizada, e isso é quase um padrão, fácil de observar em quase todas as cidades, independentemente de sua localização, economia e grau de desenvolvimento. O espaço atrofiado, minado de obstáculos, ruídos, poluição, risco de acidentes e condições precárias tornou-se comum a quem vivencia verdadeiramente a cidade.

O Espaço Público

“A origem do espaço público é uma resposta classista ao processo de apropriação privada da cidade” (Borja, 2006, p.02).

[...] o espaço público está em contínua redefinição, com centenas de soluções diferentes. Às vezes é palco de conflito e de controle, mas também é o lugar essencial do diálogo, do intercâmbio e das relações entre as pessoas. É o espaço urbano por excelência, sempre diverso, sempre em evolução. E todos os cidadãos e cidadãs de qualquer idade e cidade devem poder desfrutar plenamente desses espaços urbanos (Montaner, 2017, p. 09).

Gehl (2013), reforça a necessidade de um espaço público cuidadosamente projetado para que os processos que reforçam a vida urbana sejam sustentados. “Uma condição básica é que a vida na cidade seja potencialmente um processo de autorreforço” (ibid., p. 65).

Atualmente, o espaço público é marcado pela convivência e aceitação do que é diferente, porém, nas últimas décadas, a sua função social foi reduzida e negligenciada por fatores já citados, como a introversão da arquitetura, a segregação e o descaso com a escala humana.

Jacobs (2001), alerta para a variedade de funções às quais o espaço público deve servir.

As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, tão fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades (Jacobs, 2001, p. 03).

Um bom ponto de partida para o planejamento de áreas urbanas é investigar e compreender a vida na cidade e como ela funciona para que se possa reforçá-la. Análises pontuais auxiliam na compreensão de hábitos locais, possibilitando que o planejamento supra necessidades reais da comunidade e estimule o uso dos espaços.

O investimento em uma postura urbanística que repense os espaços de uso comum das cidades visando torná-los interessantes e habitáveis pelas pessoas é capaz de produzir consequências difusas: a fomentação da educação informal, vivencial e coletiva; o reforço da sustentabilidade social; o desenvolvimento de ambientes de experimentação dos valores comuns e distintos; uma estratégia de prevenção ao crime nos locais públicos – que seriam vigiados pelos olhos da rua, na concepção de Jacobs, dentre outras. Apesar de variadas, guardam uma semelhança fundamental: a habilidade de, juntas, melhorarem substancialmente a qualidade de vida no meio urbano (Castro, 2016, p. 43).

De acordo com o Guia do Espaço Público (2016) áreas urbanas de uso comum bem-sucedidas precedem de quatro características fundamentais.

- Acessibilidade, os espaços garantem o acesso a maior diversidade de público possível, inclusive aos que têm grande dificuldade de locomoção;
- Funcionalidade, os espaços são de múltiplo uso e podem ser utilizados de várias formas;
- Conforto, os espaços dispõem de locais para sentar, vista agradável e outros atributos que despertem interesse;
- Sociabilidade, os espaços possibilitam o encontro e a socialização com pessoas novas.

Ótimos espaços públicos são aqueles onde ocorrem celebrações, trocas sociais e econômicas, encontros entre amigos e misturas de culturas. Eles são as varandas das nossas instituições públicas. Quando os espaços funcionam bem, eles servem como um palco para a vida pública (Santiago, & Marchesano, 2016, p. 41).

Com base nas teorias, observações e análises até então coletadas, evidencia-se a imprescindibilidade de ressignificação dos espaços públicos contemporâneos, junto a isso, assinala-se como o exercício da arquitetura e do urbanismo, através de intervenções, funciona como instrumento de afronta para tornar tangível essa ressignificação, rendendo resultados extremamente positivos, conforme se observa a seguir.

Intervenções Urbanas

“Intervir nos centros urbanos pressupõe não somente avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção. [...]” (Vargas, 2015, p. 03).

A intervenção no meio urbano, especialmente no espaço público, surge com o intuito de resgatar valores humanos através da vida ativa na cidade e resistir às ações padronizadas de comportamento. A reconquista deste meio pelo cidadão também é princípio motivador para a ação de intervir, provavelmente, o maior deles.

Para mais, o caráter de reapropriação, propiciado pelas intervenções, dá continuidade ao tecido da cidade, valorizando áreas mortas e degradadas. Através de um processo cooperativo e democrático, é possível beneficiar os diversos agentes que tiverem participação no processo, a população, o poder público e também a iniciativa privada.

Um estudo publicado pela Project for Public Spaces ou PPS, traduzido para o português como “O Caso dos Lugares Saudáveis”, que trata do impacto que tem o meio em que as pessoas vivem sobre suas vidas, explicita a necessidade da participação dos moradores no planejamento de seu bairro, o reconhecimento de suas necessidades e desejos, traz a afirmação de que o lugar que uma pessoa mora é um indicativo de saúde tão ou mais poderoso e confiável do que seu próprio código genético (Project for Public Spaces, 2016).

Em um espaço negligenciado ou mal pensado, que direta ou indiretamente prejudica a população de seu entorno, as intervenções urbanas surgem como uma alternativa interessante, que não exigem grandes investimentos econômicos e podem ser executadas em um curto espaço de tempo.

[...] há todo o tipo de movimentos sociais urbanos em evidência buscando superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros [...] que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos. Até as administrações urbanas relativamente conservadoras estão procurando maneiras de empregar seus poderes para experimentar novas modalidades de produção do urbano e de democratizar a governança (Harvey, 2014, p. 49 apud Boin, 2016, p. 27).

Também conhecidas como acupuntura urbana, são pequenas práticas que ganharam visibilidade pelo mundo inteiro, e são, atualmente, amplamente difundidas.

O termo ‘acupuntura urbana’ foi cunhado por Jaime Lerner, ex-prefeito de Curitiba, e concebe a cidade tal como o corpo humano, que também adoece e se cansa, mas que pode ser curado com simples toques, desde que aplicados da maneira certa, fazendo a cidade reagir (Lerner, 2015).

Nem sempre acupuntura urbana se traduz em obras. Em alguns casos, é a introdução de um novo costume, um novo hábito, que cria condições positivas para a transformação. Muitas vezes uma intervenção humana, sem planejamento ou sem a realização de uma obra material, acaba se tornando uma acupuntura (Lerner, 2015, p. 11).

As intervenções urbanas têm diferentes nomes, pois tratam o mesmo objetivo de formas diferentes, abrindo um leque de possibilidades para que possam se adequar às mais diversas situações. Dentre as mais conhecidas, pode-se citar o *placemaking*², o *DIY*³ ou *do it yourself*.

O *placemaking*, de acordo com o Guia do Espaço Público (2016), tem raízes na participação comunitária, abrange o planejamento, desenho, gestão e a programação dos espaços públicos. O objetivo é estimular interações interpessoais e entre as pessoas e a cidade. “Mais do que apenas criar melhores desenhos urbanos para esses espaços, o *placemaking* facilita a criação de atividades e conexões, sejam elas culturais, sejam econômicas, sociais ou ambientais, que definem um espaço e dão suporte para sua evolução” (Santiago, & Marchesano, 2016, p. 24).

O movimento *DIY*, refere-se à construção de projetos por conta própria, semelhante a uma proposta de artes e ofícios urbana, funciona por experimentação, e é geralmente aplicado na produção de mobiliário para o espaço público. Não conta com a ajuda de profissionais especializados, é uma iniciativa geralmente realizada por coletivos, utilizando apenas materiais e ferramentas disponíveis (Montuori et al, 2015).

Um exemplo bem comum de aplicação destas intervenções acontece na apropriação de vagas de estacionamento, clara expressão de como o espaço público é mal gerido, destinando áreas gigantescas a serem ocupadas pelo bem particular alheio.

São 12,5 m² que poderiam atender, por exemplo, a 24 pessoas sentadas assistindo a um evento, a 36 pessoas de pé conversando confortavelmente, a 12 crianças brincando sentadas, a 12 bicicletas estacionadas, a 1 horta urbana produzindo 720 tomates, a 1 mesa de ping pong ou a 1 piscina Tony para a molecada da rua. No entanto, em grande parte das ruas, esse espaço serve somente a 1 carro que atende, normalmente, a 1 pessoa. Uma enorme distorção (Sansão, 2013, p. 02).

A presença de intervenções oportuniza enaltecer os atributos físicos de um espaço, antes invisibilizados, estimulando sua constante reinvenção.

Intervenções Urbanas Temporárias

Transitórias, não permanentes ou temporárias, as intervenções desse caráter aparecem como maneira de legitimar o espaço urbano como pertencente à população, que agora começa a se apropriar da cidade celebrando a riqueza das pequenas atitudes que dão vida à ela.

Por definição, a intervenção temporária é a ação intencional que se move no âmbito do transitório, do pequeno, das relações sociais, que envolve a participação, ação, interação e subversão, e é motivada por situações existentes e particulares, em

² Em tradução livre, fazer o lugar.

³ Em tradução livre, faça você mesmo.

contraposição ao projeto estandardizado, caro, permanente e de grande escala. Elas podem englobar diferentes tipologias, como, por exemplo, as apropriações espontâneas, as intervenções de arte pública, as intervenções arquitetônicas e as festas locais (Sansão, 2013, p. 03).

A possibilidade de dinamizar a imagem da cidade é um dos principais artifícios das intervenções efêmeras.

Não se trata da rápida construção de edificações para suprir a crescente demanda e o rápido crescimento populacional, mas se trata da proposição de novos usos na cidade já edificada. [...] busca-se afrouxar/dissolver os formalismos existentes ao mesmo tempo que formalizar as práticas informais e integrá-las nas estruturas formais estabelecidas (Oswalt, Overmeyer, & Misselwitz, 2013, p. 9 apud Diez, 2016, p. 38).

Trazer atividades que usualmente aliam cultura e lazer e ter a possibilidade de montar uma programação semanal ou mensal que atribua ao mesmo espaço a multiplicidade de usos, não só atrai um considerável número de pessoas como também favorece o comércio local, que passa a ter maior visibilidade. Não só isso, a intervenção possibilita a reinserção do local na dinâmica da cidade, e também a mudança na maneira em que este era visto, dando margem para que possa talvez receber um projeto definitivo.

Urbanismo Tático

O urbanismo tático, junto a uma conjuntura de outras modalidades de ações, surge como resposta ou afronta à lógica da cidade neoliberal. Estas alternativas têm como base a promoção e consolidação de espaços democratizados, com variedade de usos, recuperação de áreas degradadas e fomento a programas participativos (Diez, 2016).

De acordo com o guia do Urbanismo Tático, o termo é designado para intervenções temporárias, de baixo custo e com mão de obra geralmente local, que tenham como objetivo a recuperação de uma área urbana. “Como a própria palavra ‘tático’ anuncia, tratam-se de atuações da cidade, hábeis de planejamento e de manejos, a fim de atingir um objetivo” (Diez, 2016, p. 34).

Ainda com base no guia do Urbanismo Tático, é possível citar cinco características básicas que o definem:

1. abordagem em fases, a fim de instigar a mudança
2. planejamento baseado no local de intervenção
3. comprometimento de curto prazo e expectativas realísticas
4. baixo risco, e, se possível, grande recompensa
5. incentivo ao desenvolvimento de capital social entre os habitantes e organização – envolvimento dos habitantes na concepção do projeto e sua implementação (quando possível)

A iniciativa do urbanismo tático se diferencia no quesito de que as soluções temporárias aplicadas no desenho da cidade têm o intuito de provocar mudanças reais e resultados a longo-prazo.

Usos temporários têm a capacidade de expor conflitos existentes no local, sejam eles econômicos, sociais, ecológicos e culturais. Se forem bem-sucedidos, e durarem o suficiente a ponto da comunidade se apropriar do espaço, poderão motivar uma postura de resistência por parte dos usuários a quaisquer futuras incorporações no local, o que pode aumentar o receio de proprietários em permitir a implantação de projetos temporários. Em contraponto, os usos temporários podem gerar valorização de uma área rapidamente sem aquisição de terras, beneficiado incorporadores e donos de lotes. (Nemeth, & Langhorst, 2013 apud Sato, 2016, p. 18).

Há sempre que se observar os dois lados, porém, o urbanismo tático não entra como solução a problemas urbanos mais complexos tais como a gentrificação, mas aparece como maneira de protesto, para chamar a atenção para questões simples que frequentemente são ignoradas. É uma oportunidade valiosa para arquitetos e urbanistas, ou quaisquer planejadores da cidade, poder se apropriar do olhar leigo mas ao mesmo tempo tão rico, de quem realmente vivencia a cidade e pode contribuir tanto quanto ou tanto mais do que o profissional que observa ceticamente tentando entender o que está faltando (Sansão, 2013).

Considerações Finais

Confrontar o espaço urbano levantando questionamentos tão delicados – a quem é destinado o seu uso, quais áreas podem e devem ser ocupadas, quem é (ou são) o (s) responsável (eis) pela manutenção desses espaços, e o mais importante, qual a importância do papel que o cidadão desempenha na cidade – permite uma análise sob uma perspectiva humanizada. Não se deteve em apresentar soluções para os problemas que se desenvolveram com o urbanismo neoliberal, porém, evidenciar as táticas e as acupunturas urbanas que potencializam e dão vida à paisagem da cidade, empoderando o protagonista desta, o cidadão.

É preciso esclarecer que o ato de não evidenciar, neste estudo, o projeto arquitetônico que pensa os espaços de forma permanente, não é de forma alguma o ato de negá-lo ou desmerecê-lo, visto que sem o espaço concreto e formal não haveria paisagem urbana, cidade ou lugar para se intervir. O foco deste trabalho está na premissa da população como geradora e gestora do espaço, e do quão valioso é para o arquiteto e para a produção projetual, adotar e se beneficiar da postura de observador para entender as reais vontades e necessidades do público através de suas manifestações.

Para mais, esta discussão não tem como propósito rejeitar a utilização de automóveis, nem condicionar tipos de uso para os lugares, ou mesmo solucionar problemas urbanos complexos, mas sim demonstrar como é viável tirar proveito da mutabilidade e das

potencialidades locais, ressignificando a paisagem, testando possibilidades, teorias e vontades.

Apesar de poder parecer controverso esse caráter impermanente proposto pelas intervenções táticas, a ideia central, que não é o mesmo que o objetivo – produzir mudanças reais no espaço urbano a curto prazo, com baixo custo e mão de obra local – é de que a arquitetura transcende a arquitetura através da sua multidisciplinaridade. Isso acontece quando ela se revela através da arte, do discurso, das analogias e metáforas, e qualquer outro tipo de manifestação que provoque a discussão sobre a vivência e as reais necessidades das pessoas dentro de uma cidade.

O espaço urbano próspero não é aquele com a capacidade de conservar quase que intactos ao tempo os seus edifícios, mas aquele que foi capaz de adaptar seus edifícios às pessoas de seu tempo. A cidade se constrói pela permanência das pessoas, e não das suas obras de arquitetura.

Referências

- Abascal, E. H. S. (2005). Cidade e arquitetura contemporânea: uma relação necessária. *Vitruvius*. Recuperado em maio, 2018, de <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/410>
- Benevolo, L. (2012). História da cidade. São Paulo: Perspectiva.
- Boin, N. H. D. (2016). Cortes no Tempo Contínuo: a vida urbana como partido. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAU Mackenzie, São Paulo.
- Bourdin, A. (2005). *La metropole des individus*. Paris: Éditions de l'Aube.
- Borja, J. (2006). Espaço público, condição da cidade democrática. A criação de um lugar de intercâmbio. *Vitruvius*. Recuperado em maio, 2018, de <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/353>
- Brenner, N. (2016). Seria o "urbanismo tático" uma alternativa ao urbanismo neoliberal? *E-metropolis*, 27(27), 6-18. Recuperado em janeiro, 2018, de http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/027/original/emetropolis27.pdf?1485998410
- Carlos, A. F. A., Souza, M. L., & Sposito, M. E. B. (2011). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto.
- Castro, I. R. (2016) Cidade e Educação: uma experiência de urbanização no benfica. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Conexão Cultural. (2016). Guia do Espaço Público.

Dias, F. (2005). O desafio do espaço público nas cidades do século XXI. *Vitruvius*. Recuperado em maio, 2018, de <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.061/453>

Diez, M. (2016). Ensaio Entópicos: urbanismo tático em SP. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAU USP, São Paulo.

Ferreira, J. S. W. (2005) A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. *Anais do Simpósio "Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização"*, UNESP Bauru e SESC Bauru. São Paulo.

Gehl, J. (2013). Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva.

Gil, A. C. (2002) Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Jacobs, J. (2001) Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

Lerner, J. (2015). Acupuntura urbana. Rio de Janeiro: Record.

Montaner, J. M., & Dias, M. S. (2017). O direito ao espaço público. Princípios e exemplos. *Vitruvius*. Recuperado em maio, 2018, de <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.203/6517>

Montuori, B. et al. (2015) Ocupe o Largo da Batata: Como fazer ocupações regulares no espaço público. Recuperado em abril, 2018, de <http://largodabatata.com.br/publicacao/>

Project for Public Spaces. (2016). *A case for healthy places*. Recuperado em abril, 2018, de <https://www.pps.org/article/pps-releases-new-report-the-case-for-healthy-places-how-to-improve-health-through-placemaking>

Rogers, R. (2012). Cidades para um pequeno planeta. Barcelona, Espanha: GG.

Sansão, A. (2013). Intervenções temporárias no Rio de Janeiro contemporâneo. Novas formas de usar a cidade. *Vitruvius*. Recuperado em maio, 2018, de <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.154/4678>

Santiago, P. C., & Marchesano, T. (2016). Guia do Espaço Público. Recuperado em junho, 2018, de <https://www.mobilize.org.br/midias/pesquisas/guia-do-espaco-publico.pdf>

Sato, B. (2016). Impermanências: ensaios de urbanismo tático no centro de São Paulo. (Trabalho de Conclusão de Curso) Curso de Arquitetura e Urbanismo, FAU USP, São Paulo.

Sposito, M. E. B. (2011) A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In Carlos, A. F. A., Souza, M. L., & Sposito, M. E. B. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes escalas e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto.

Strieder, R. (2009). Diretrizes para elaboração de projetos de pesquisa. Joaçaba: Ed. Unoesc.

Vargas, H. C., & Castilho, A. L. H. (2015). Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole.

Wall, E., & Waterman, T. (2012). Desenho urbano. Porto Alegre: Bookman.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Maria Fernanda Paim Vieira – 50%

Paulo Ricardo Bavaresco – 30%

Leandra Daiprai – 20%